

NEGOCIADORES BRASILEIROS ESTÃO TRAINDO INTERESSES DO POVO BRASILEIRO NAS NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA

Durante toda a semana de 20 a 24 de setembro se reuniram em Bruxelas (Bélgica) os negociadores do Mercosul, entre eles o Brasil, e os negociadores da União Européia (UE), para apresentar as ofertas de tarifas e processos de integração. Os acordos negociados agora nas comissões de técnicos serão depois referendados por uma reunião ministerial de 20 a 24 de outubro, em Brasília (DF)¹. A pressa por tais acordos, realizados sem nenhuma transparência ou consultas à sociedade brasileira, se deve a pressões dos europeus, que têm mandato negociador até 31 de outubro e, portanto, antes de mudar seus negociadores por país, querem fechar o Acordo com o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul).

Se nas negociações com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) os diplomatas brasileiros tiveram prudência, no caso da UE se comportaram como negociadores de segunda categoria, *vende-pátria*, sem respeitar ou consultar nenhum setor de nossa sociedade.

Parece que nossos “negociadores” ou “entregadores” estiveram capitaneados por representantes do Ministério da Indústria e Comércio e por grupos econômicos que apenas sonham em exportar um pouquinho a mais de açúcar, álcool, carne de frango e, mesmo assim, nenhuma vantagem a mais levaram.

1. Diante do impasse estabelecido nesta reunião, os representantes do Mercosul e dos 25 países da UE foram obrigados a suspender as negociações e prorrogar o prazo previsto para o Acordo. Ficou agendada para o final do ano uma nova reunião entre os coordenadores dos dois blocos de maneira a preparar um encontro ministerial no primeiro trimestre de 2005. Como se vê, a questão retornará em breve, daí porque vale a pena tomar conhecimento do conteúdo das propostas (Nota da Redação).

E, em troca, entregaram a abertura de todos nossos mercados. As transnacionais européias agradecem. Os empregos dos brasileiros que se danem. O grau de entreguismo foi tamanho que, envergonhado, o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário se retirou das negociações em protesto. Vejam os resultados abaixo.

1. NATUREZA DO ACORDO QUE ESTÁ SENDO NEGOCIADO

O Acordo Birregional entre o Mercosul e a UE apresenta, desde a sua concepção, uma “troca” entre os interesses ofensivos do Mercosul em agricultura, que sonham em ampliar suas vendas na Europa, e a entrega de nossos mercados para as empresas industriais e de serviços europeus. Já o interesse ofensivo dos negociadores brasileiros concentra-se em algumas matérias primas agrícolas, como carnes, açúcar, álcool e café. Por sua vez, o interesse dos europeus encontra-se nos produtos de maior valor agregado e concentra-se nos temas de investimento, serviços, compras governamentais, propriedade intelectual, vinhos e bens industriais.

O presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, e seus comissários, terão seu mandato expirado em 31 de outubro, quando uma nova equipe representando a Europa dos 25 assumirá as negociações. Por esse motivo, há pressa em se fechar um Acordo antes dessa data.

Como a sociedade brasileira concentra suas atenções nas eleições e há uma certa dispersão dos movimentos sociais, os “representantes” governamentais se aproveitaram desse clima para acelerar o processo negociador entre o Mercosul e a UE a toque de caixa, sem nenhuma transparência, sem nenhuma legitimidade política e sem nenhuma consulta previa aos setores produtivos da sociedade. Não acreditamos que a própria poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) esteja de acordo com esses processos que vão liquidar com parte de nossa indústria nacional.

Não foram mantidos diálogos setoriais com os principais afetados pelo Acordo nem há estudos técnicos que avaliem o impacto deste sobre o mercado de trabalho brasileiro. Vejam a seguir os casos mais emblemáticos do entreguismo que está em curso nas negociações.

2. ACESSO A MERCADOS

O Brasil ofereceu 90% de acesso ao nosso mercado, o que implica, na prática, que os produtos europeus entrarão sem pagar tarifa, ou seja, tarifa

zero de importação no Brasil em até dez anos. Um dos casos mais preocupantes e patéticos é o caso do leite, que é considerado produto sensível pelo Mercosul e tem hoje uma tarifa de impostos de 27% para a entrada do leite europeu no Brasil e no Mercosul. Entretanto, a lista de exceção para produtos reconhecidamente sensíveis do Mercosul não está sendo aplicada ao Acordo Birregional. A Agricultura Familiar/Campesina brasileira é responsável por 82% dos 1,8 milhões de estabelecimentos produtores de leite no Brasil e por, pelo menos, 80% da produção.

Se o Acordo fosse assinado hoje, a alíquota de importação do leite, que é de 27%, passaria para 0%. A importação, que hoje já é alta, sobretudo no leite em pó e no soro em pó, seria desastrosa e afetaria em muito os preços nacionais e a vida de milhões de pequenos agricultores. Seguramente mais de um milhão de pequenos agricultores que produzem hoje ao redor de trinta litros por dia não teriam condições de produtividade para competir com os europeus e iriam à falência, perdendo trabalho e engrossando as filas do êxodo rural. O mesmo se aplica para a produção de cebola, alho, vinhos e pêssegos, entre outros. Todos eles produzidos por pequenas propriedades. Deste modo, com o Acordo Mercosul-UE teremos um incremento do êxodo rural no Brasil.

Outro exemplo das vantagens desiguais que se podem obter do Acordo está no setor de carnes: os europeus nos oferecem quotas menores do que já exportamos hoje, isto é, 116 mil toneladas, quando já exportamos 275 mil toneladas. Se não bastasse isso, esta quota é oferecida não de uma só vez mas em etapas ao longo de dez anos para os quatro sócios do Bloco. Ou seja, mesmo entregando nossos mercados na ilusão de que os europeus abrissem o seu para quotas maiores de exportações agrícolas, já que temos melhores condições de produção, mesmo ali eles se protegem, enquanto o governo brasileiro entrega tudo.

Além disso, ainda propõem um mecanismo que aumenta a tarifa quando as exportações vão crescendo. Isto significa que, quanto mais exportarmos, maior será a tarifa. Essa situação só beneficia quem já exporta carnes para a Europa, que ganhará mais para exportar menos, não havendo real abertura de mercados para novos produtores e nenhuma diferença na quantidade exportada em função do Acordo.

Outro ponto grave da negociação é o tema dos subsídios à exportação. O subsídio europeu para exportação de leite é de 1,7 bilhões de euros para este ano de 2004 e tem a previsão de 1,2 bilhões de euros para 2005. Não há nada acordado na negociação sobre como abordar este tema e como proteger

nossa Agricultura Familiar deste volume de subsídios. Também não existe nada estabelecido sobre salvaguardas contra surtos de importação de produtos agrícolas subsidiados.

3. SETOR DE SERVIÇOS

No setor de serviços do Mercosul a gravidade é ainda maior e nos interessa como brasileiros, embora não esteja relacionado diretamente com a agricultura. Mas o Brasil está se abrindo totalmente nos setores de telecomunicações, serviços ambientais, financeiros, bancários e seguros. Isso significa que as empresas transnacionais poderão operar sem nenhuma restrição ou condicionante em todas essas áreas, controlando esses mercados, que são estratégicos para o futuro do país. E, o que é pior, enquanto flexibilizamos áreas de alto valor agregado não há nenhuma abertura dos europeus que permita o acesso de nossos produtos agregados em disputa com eles.

4. ÁREA DE INVESTIMENTOS

O Acordo Mercosul-UE seria o primeiro compromisso internacional que o Brasil assumiria no setor de investimentos. Apesar de hoje o Brasil ser um país aberto ao investimento estrangeiro, um Acordo nesse sentido retiraria o poder de decisão do governo de legislar e controlar para proteger os interesses nacionais, quando assim fosse necessário.

Na oferta inicial, o governo brasileiro introduziu restrições a investimentos estrangeiros em agricultura que pudessem, eventualmente, comprometer políticas nacionais para a implementação da reforma agrária, visando, sobretudo, proteger o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e manter medidas restritivas à aquisição de terras por parte de estrangeiros. Entretanto, a UE entregou um documento ao Itamaraty onde pede a remoção da restrição referente à “reforma agrária” e à agricultura, entre outros.

5. PROPRIEDADE INTELECTUAL

A proposta comunitária já excede, em muito, os padrões estabelecidos nas TRIPs² e acordados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

2. Em inglês, *Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*. Frequentemente usada no plural, como *Acordo TRIPs*, concede aos inventores o monopólio global da autoria e controle de suas invenções (Nota da Redação).

Por exemplo: a UE pressiona para que seja incluída no Acordo uma proteção de produtos como o queijo parmesão. Querem nos obrigar a seguir regras de propriedade intelectual além do que o país tem condições de aceitar. É importante lembrar que a legislação comunitária sobre a proteção a Indicações Geográficas (IGs) é hoje objeto de painel na OMC, movido pelos Estados Unidos e pela Austrália contra a UE, com o Brasil e a Argentina como terceiras partes interessadas.

Os europeus também querem garantir a propriedade intelectual relativa à Indicação Geográfica de vinhos, queijos, presuntos etc. Isto equivale a dizer que não poderíamos produzir nenhum tipo de queijo parmesão, gorgonzola etc., pois estas IGs já seriam patentes européias. Nem sequer poderíamos comercializar nossa “mortadela”, porque a “mortadela Bologna” tem proteção por meio de IG. Assim, o que os europeus não conseguiram no âmbito da OMC, que coloca mais restrições e melhores condições a todos os países, conseguem, no caso da UE-Mercosul, nos impor todas as restrições para proteger seus interesses e remunerar seus produtos. Ou seja, o Acordo é pior do que aquilo que já tínhamos negociado na OMC.

6. COMPRAS GOVERNAMENTAIS

O Mercosul ofereceu preferência aos europeus em relação a outros países e regiões em compras públicas por meio de mecanismos de consulta e transparência. Isto significa que, toda vez que houver uma compra pública, os europeus têm o direito de solicitar uma consulta. Se a participação dos europeus for negada na licitação, deverão ser notificados formalmente. À primeira vista o mecanismo parece inofensivo, mas será que após algumas recusas suportaríamos a pressão dos europeus para a abertura de nossas compras governamentais?

Isso significa que, depois do Acordo assinado, todas as compras públicas acima de certo valor deverão ter, não concorrência internacional, mas, sobretudo, direito dos europeus à preferência internacional de disputa. E, obviamente, em diversas áreas de fornecimento eles podem competir em melhores condições do que nossa indústria e, assim, disputar os investimentos públicos em infra-estrutura.

7. CONCLUSÕES

Se a diplomacia brasileira soube parar as negociações da ALCA porque estavam longe de atender aos anseios e necessidades brasileiras como projeto

de desenvolvimento sustentado e independente, por que deixamos que siga adiante o Acordo com os europeus que, na prática, está sendo bem pior do que a ALCA?

Contudo, mais do que comparações com a ALCA, esse Acordo coloca em risco setores importantes da nossa agricultura familiar, indústria e serviços. Colocar em risco o emprego de milhões de brasileiros para não ganharmos nada, apenas com a ilusão do “livre comércio”? Trata-se, na verdade, de um neocolonialismo vergonhoso que exige imediata reação da sociedade brasileira e dos setores sociais organizados. Não podemos nos calar diante dessa vergonhosa submissão dos interesses do povo brasileiro ao capital europeu, praticada por negociadores que deveriam se chamar de “entregadores” e a quem não cabe nenhuma legitimidade de nos representar.

Em Nova Iorque (EUA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou a importância da segurança alimentar e da justiça social. Entretanto, o Acordo Mercosul-UE afeta a nossa segurança alimentar e, portanto, a nossa soberania. Uma vez mais, o homem do campo e o povo brasileiro e os empregos de nossos trabalhadores pagam o ônus da abertura comercial, em troca de duvidosas vantagens para alguns poucos setores exportadores.

Esperamos que o governo brasileiro honre seus compromissos de campanha com o povo brasileiro e defenda pelo menos nosso trabalho. O que está em jogo é a nossa soberania e o nosso futuro como país. Está em jogo um projeto de desenvolvimento nacional.

Com a palavra o governo brasileiro.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2004.

VIA CAMPESINA BRASIL

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)
- MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA)
- MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC)
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)